



PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO - MG

CNPJ: 18.017.368/0001-28

AV.: Antônio Maia Sobrinho, 43 - Centro - Juramento - MG

CEP: 39590-000 - Tel.: (038) 3236-1118

e-mail: prefeituramdejuramento2021@gmail.com



DECRETO Nº 687-2024 DE 2024 - NLLC

Dispõe sobre os agentes que atuarão no certame licitatório, bem como as definições e requisitos dos agentes públicos na qualidade de agente de contratação, comissão de contratação, equipe de apoio, fiscais e gestores de contrato, nos termos § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do município.

A Prefeita do Município de Juramento/MG, no uso das atribuições conferidas pela alínea "a" do inc. I do art. 30 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Considerando a necessidade de regulamentar a aplicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Direta e Autárquica do Município, DECRETA:

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e Âmbito de Aplicação

Art. 1º Este decreto estabelece regras e diretrizes para a designação e atuação dos agentes de licitação, assim considerados o agente de contratação, pregoeiro, equipe de apoio, comissão de contratação, gestores e fiscais dos contratos, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional



PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO - MG

CNPJ: 18.017.368/0001-28

AV.: Antônio Maia Sobrinho, 43 - Centro - Juramento - MG

CEP: 39590-000 - Tel.: (038) 3236-1118

e-mail: prefeituramdejuramento2021@gmail.com



do município de Juramento, observado o que dispõe o art. 176, inciso I da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§1º. O disposto neste decreto não prejudicará a previsão do interregno temporal disposto no art. 176, inciso I da Lei 14.133/2021, que trata de regra específica para municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes, de modo que a implementação das disposições do presente ato poderão ser implementadas gradualmente, com o intuito de possibilitar à entidade e aos órgãos públicos a necessária adaptação.

§2º. Quando a Administração Pública direta, autárquica e fundacional do município utilizar recursos da União oriundos de transferências voluntárias, poderão observar as disposições do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

Art. 2º Para os fins deste decreto, consideram-se:

I- órgão: unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública;

II - entidade: unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;

III - Administração Pública: administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas;

IV - Administração: órgão ou entidade por meio do qual a Administração Pública atua;

V - agente público: indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;

VI - autoridade: agente público dotado de poder de decisão;

VII - contratante: pessoa jurídica integrante da Administração Pública responsável pela contratação;

VIII - contratado: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração;

IX - licitante: pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO - MG

CNPJ: 18.017.368/0001-28

AV.: Antônio Maia Sobrinho, 43 - Centro - Juramento - MG

CEP: 39590-000 - Tel.: (038) 3236-1118

e-mail: prefeituramdejuramento2021@gmail.com



X - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

XI - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser descritos na forma do inciso anterior, exigida justificativa prévia do contratante, e incluídos os serviços especiais de engenharia de que trata a alínea b do inciso XXI, art. 6º da Lei nº 14.133/2021;

XII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto

XIII - concurso: modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor;

XIV - leilão: modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance;

XV - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

XVI - comissão de contratação: conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

XVII - sítio eletrônico oficial: sítio da internet, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual o ente federativo divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades;

XVIII - agente de contratação: pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros



PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO - MG

CNPJ: 18.017.368/0001-28

AV.: Antônio Maia Sobrinho, 43 - Centro - Juramento - MG

CEP: 39590-000 - Tel.: (038) 3236-1118

e-mail: prefeituramdejuramento2021@gmail.com



permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

Das Designações

Art.3º A autoridade máxima da Administração Pública municipal indicará os agentes de licitação, dentre os agentes públicos considerados aptos para o exercício de suas respectivas funções.

§1º Será considerado apto para exercer as funções de agentes de licitação, o agente público que comprovar sua capacidade para o desempenho das funções essenciais à execução da Nova Lei de Licitações, conforme art.7º da Lei 14.133/21.

§2º A nomeação dos agentes de licitação será por prazo indeterminado e ocorrerá por meio de portaria específica, com a indicação dos seus respectivos substitutos.

§3º O Agente de Contratação, referido no inciso XVIII do art. 2º deste decreto, será designado pela autoridade máxima da Administração Pública municipal, preferencialmente entre servidores efetivos dos quadros permanentes da Administração Pública municipal.

§4º No prazo estabelecido no art. 176 da Lei Federal 14.133/2021 e enquanto o município tiver menos de 20.000 habitantes, o agente de contratação poderá ser nomeado em cargos em comissão de livre exoneração, conforme estabelecido no inciso I, do art. 4º, da Lei Municipal 1.696/2023.

Art.4º São requisitos para a nomeação dos agentes de licitação de que trata este decreto:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo dos quadros permanentes da Administração Pública municipal, ressalvando o disposto no parágrafo 4º do art.3º deste decreto;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público;
e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO - MG

CNPJ: 18.017.368/0001-28

AV.: Antônio Maia Sobrinho, 43 - Centro - Juramento - MG

CEP: 39590-000 - Tel.: (038) 3236-1118

e-mail: prefeituramdejuramento2021@gmail.com



III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso III do caput, consideram-se contratados habituais as pessoas físicas e jurídicas cujo histórico recorrente de contratação com o órgão ou com a entidade evidencie significativa probabilidade de novas contratações.

Art.5º Os agentes de licitação contarão com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto neste decreto e na Lei 14.133/21.

§1º O auxílio do órgão de assessoramento jurídico de que trata o caput se dará por meio de orientações jurídicas gerais ou em resposta a solicitações de apoio.

§2º A solicitação de apoio ao órgão de assessoramento jurídico se dará por meio de consulta específica, que conterà, de forma clara e individualizada, a dúvida jurídica a ser dirimida.

§3º Previamente à tomada de decisão, o agente de contratação e o pregoeiro deverão considerar as manifestações apresentadas pelo órgão de assessoramento jurídico e em caso de discordância do parecer deverá, de forma fundamentada e motivada, apresentar as razões pelas quais irá agir de maneira distinta do que foi orientado na manifestação jurídica.

Da Autoridade Máxima da Administração Pública Municipal

Art. 6º São atribuições da autoridade máxima da Administração Pública municipal:

I - Autorizar formalmente a abertura do procedimento licitatório;

II - Designar e nomear os agentes públicos para as funções de agente de contratação, pregoeiro, comissão de contratação, equipe de apoio, gestor e fiscal do contrato e seus respectivos substitutos;

III – receber recursos administrativos quando o agente de contratação ou o pregoeiro mantiver a decisão recorrida;

IV – Homologar a licitação;

V - Assinar os contratos administrativos realizados pela Administração Pública municipal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO - MG

CNPJ: 18.017.368/0001-28

AV.: Antônio Maia Sobrinho, 43 - Centro - Juramento - MG

CEP: 39590-000 - Tel.: (038) 3236-1118

e-mail: prefeituramdejuramento2021@gmail.com



VI – assinar, mediante parecer jurídico prévio, os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, eventuais alterações contratuais ou qualquer situação que modifique as condições de execução do contrato à autoridade máxima da entidade;

VII – autorizar, mediante solicitação, quando necessário, a formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais.

Parágrafo único. As atribuições elencadas no presente artigo são privativas da autoridade máxima da Administração Pública municipal, podendo, com exceção do inciso III, ser delegadas a terceiros, de maneira específica e formal, sobretudo quando a qualidade e eficiência da execução dessas atribuições depender de delegação, de modo a evitar sobrecarga de determinadas atividades em uma única pessoa.

Agente de contratação e pregoeiro

Art. 7º O agente de contratação será designado pela autoridade máxima da Administração Pública municipal, preferencialmente, dentre os servidores efetivos dos quadros permanentes da Administração Pública municipal, ressalvando o disposto no §4º do art. 3º deste decreto, para a condução do procedimento licitatório e contratação direta, tomar decisões e garantir o bom andamento dos processos em que atuar, desde a publicação do edital até a homologação do certame.

Art.8º São atribuições do agente de contratação e do pregoeiro:

I – na fase preparatória, limitar-se-á ao acompanhamento e às eventuais diligências para o fluxo regular da instrução processual, estando desobrigado da elaboração de estudos preliminares, de projetos e de anteprojetos, de termos de referência, de pesquisas de preço e, preferencialmente, de minutas de editais;

II - dar impulso ao procedimento, inclusive por meio de demandas às áreas das unidades requisitantes e respectivas áreas técnicas, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário;

III – conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

a) Receber, examinar e decidir pedidos de impugnação e solicitação de esclarecimentos ao edital e seus anexos e requisitar o auxílio formal aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO - MG

CNPJ: 18.017.368/0001-28

AV.: Antônio Maia Sobrinho, 43 - Centro - Juramento - MG

CEP: 39590-000 - Tel.: (038) 3236-1118

e-mail: prefeituramdejuramento2021@gmail.com



b) julgar as propostas apresentadas, verificando a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital e verificar e julgar os documentos de habilitação;

c) corrigir possíveis irregularidades, desde que sanáveis, por meio de decisão devidamente fundamentada e sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

d) negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

e) declarar o vencedor do certame;

f) orientar as atividades da equipe de apoio, dando todo suporte gerencial aos seus integrantes;

g) decidir eventual recurso administrativo e, caso não reconsidere o ato ou decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhar o recurso com a sua motivação à autoridade máxima da Administração Pública municipal, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

h) encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade máxima da Administração Pública municipal para adjudicação e homologação ou, sendo o caso, exercer as prerrogativas elencadas nos incisos I a III do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

IV – cumprir outras atribuições e responsabilidades doravante previstas em Lei Municipal de Plano de Cargos.

§1º O não atendimento das diligências do agente de contratação e do pregoeiro por outros setores do órgão ou da entidade ensejará motivação formal, a ser juntada aos autos do processo.

§2º As diligências de que trata o parágrafo anterior poderão ocorrer durante a realização da sessão pública, quando o agente solicitará a presença do agente do setor ou órgão solicitante, sendo tudo lavrado em ata, ou poderá ser formal e escrita, considerando a complexidade do assunto, quando deverá fazer uso de memorando com data e assinatura do agente de contratação ou do pregoeiro, devendo ser impresso em duas vias, sendo que em uma delas o destinatário ou seu preposto dará recebimento, com assinatura por extenso e rubrica, seguido da data de recebimento; caso opte pelo envio da diligência por e-mail, deverá exigir confirmação de recebimento e se, decorridas 24 (vinte e quatro) horas, não houver essa confirmação, deverá fazer contato telefônico com o agente, que poderá ser via WhatsApp, informando do envio do e-mail e solicitando a resposta dentro do prazo que fixar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO - MG

CNPJ: 18.017.368/0001-28

AV.: Antônio Maia Sobrinho, 43 - Centro - Juramento - MG

CEP: 39590-000 - Tel.: (038) 3236-1118

e-mail: prefeituramdejuramento2021@gmail.com



§3º As impugnações e pedidos de esclarecimento deverão ser protocolizados até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Art.9º O agente de contratação atuará nas modalidades concorrência, leilão, concurso, bem como nos processos de contratação direta e na condução dos procedimentos auxiliares, previstos no art.78, da Lei 14.133/21.

§1º. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro, nos termos do art.8º, §5º, da Lei 14.133/21, que poderá ser auxiliado pela mesma equipe de apoio do agente de contratação.

§2º As funções de agente de contratação e de pregoeiro poderão recair sobre a mesma pessoa, devendo haver, para tanto, portaria específica para cada nomeação, com a indicação dos respectivos substitutos.

Comissão de contratação

Art. 10 A comissão de contratação poderá substituir o agente de contratação nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais, e será composta por, no mínimo 3 (três) membros, preferencialmente servidores efetivos dos quadros permanentes da Administração Pública municipal, ressalvando o disposto no §4º do art. 3º deste decreto, com a função de receber, examinar e julgar questões relacionadas ao certame, nos termos do §2º, do art.8º, da Lei 14.133/21.

§1º Nas contratações que envolvam bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

§2º A empresa ou o profissional especializado contratado na forma prevista no parágrafo anterior assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva dos membros da comissão de contratação.

§3º A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade os membros da comissão de contratação, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

Art.11 São atribuições da comissão de contratação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO - MG

CNPJ: 18.017.368/0001-28

AV.: Antônio Maia Sobrinho, 43 - Centro - Juramento - MG

CEP: 39590-000 - Tel.: (038) 3236-1118

e-mail: prefeituramdejuramento2021@gmail.com



I - substituir, sempre que necessário, o agente de contratação nas licitações de bens ou serviços especiais;

II - receber, examinar e julgar documentos relativos aos procedimentos licitatórios;

III - aquelas atribuídas ao agente de contratação, nos termos do art.8º deste decreto.

Art. 12 Os integrantes responderão solidariamente pelos atos praticados pela comissão de contratação, ressalvado o membro que manifestar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 13 A coordenação dos trabalhos da comissão de contratação ficará a cargo de seu presidente, indicado dentre os nomeados para a sua composição na portaria específica de nomeação.

Art.14 Os procedimentos auxiliares e os processos de contratação direta serão conduzidos pelo Agente de Contratação, podendo delegar, justificadamente, a condução à comissão de contratação, observadas em ambos os casos as regras de segregação de funções.

Art. 15 Aplica-se à comissão de contratação o disposto no inciso I, do art. 8º deste decreto.

Da equipe de apoio

Art. 16 O agente de contratação e o pregoeiro serão auxiliados por equipe de apoio e responderão individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§1º. A equipe de apoio será composta por, no mínimo, 2 (dois) membros, preferencialmente servidores efetivos dos quadros permanentes da Administração municipal, nomeados por portaria específica.

§2º A mesma equipe de apoio poderá auxiliar o agente de contratação e o pregoeiro.

Art.17 São atribuições da equipe de apoio, especialmente:

I - Prestar informações aos licitantes sobre o procedimento licitatório;

II - Organizar o certame, o processo de contratação direta e os procedimentos auxiliares;

III - Realizar diligências ou qualquer atividade material determinada pelo agente de contratação e pelo pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO - MG

CNPJ: 18.017.368/0001-28

AV.: Antônio Maia Sobrinho, 43 - Centro - Juramento - MG

CEP: 39590-000 - Tel.: (038) 3236-1118

e-mail: prefeituramdejuramento2021@gmail.com



Do fiscal de contrato

Art. 18 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração municipal especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/21, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

§1º As atividades de fiscalização serão formalizadas em documento assinado pelo fiscal, com a indicação de data, local e hora de verificação dos fatos, consignando, inclusive, o nome dos envolvidos e as correções operacionais determinadas, se for o caso.

§2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§3º O fiscal do contrato deverá ser detentor de conhecimento técnico e possuir domínio do objeto que irá fiscalizar.

Art. 19 Na hipótese de contratação de empresa ou profissional terceirizado para a prestação de assistência ao fiscal do contrato serão aplicadas as regras do art. 117, §4º, I e II, da Lei 14.133/21.

Art. 20 São atribuições específicas do fiscal do contrato:

I - Elaborar relatórios de fiscalização do contrato;

II - Verificar o cumprimento das regras contratuais, procedimentos e condições técnicas indicadas na fase de planejamento da contratação;

III - Reportar à autoridade competente as ocorrências registradas durante a fiscalização do contrato que ultrapassem o seu poder de decisão;

IV - Sanar dúvidas operacionais do contratado;

V - Adotar medidas preventivas de contenção de riscos na execução contratual;

VI - Subsidiar a atuação do gestor, com informações e dados do contrato.

Do gestor de contrato

Art. 21 A gestão do contrato será realizada por agente público, com poder de deliberação unilateral, nomeado para a adoção de providências necessárias, visando a regular execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO - MG

CNPJ: 18.017.368/0001-28

AV.: Antônio Maia Sobrinho, 43 - Centro - Juramento - MG

CEP: 39590-000 - Tel.: (038) 3236-1118

e-mail: prefeituramdejuramento2021@gmail.com



Art. 22 São atribuições do gestor do contrato:

I - verificar a regularidade dos documentos apresentados pelo contratado;

II - acompanhar a execução do contrato diretamente e/ou através dos relatórios apresentados pelo fiscal;

III - encaminhar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, eventuais alterações contratuais ou qualquer situação que modifique as condições de execução do contrato à autoridade máxima da Administração Pública municipal;

IV - receber definitivamente o objeto contratado;

V - suspender, cautelarmente, a entrega de bens e prestação de serviços;

VI - solicitar à Secretaria de Licitações, ou a outro setor ou agente que seja o competente, a publicação dos dados contratuais no sítio eletrônico do órgão e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Parágrafo único. O gestor poderá requisitar informações ao fiscal do contrato sempre que necessário, garantindo subsídio suficiente para a motivação de sua decisão.

Art.23 O gestor e fiscal do contrato serão, preferencialmente, servidores efetivos dos quadros permanentes da Administração Pública municipal, nomeados pela autoridade máxima da Administração Pública municipal, nos termos do art.7º da Lei 14.133/21.

Disposições Finais

Art. 24 A Administração deve evitar atribuir grande quantidade de contratos e de complexidade alta para o mesmo servidor.

Art. 25 Pelo princípio da segregação de função, o servidor designado como fiscal não pode atuar como agente de contratação, pregoeiro ou em comissão de contratação.

Art. 26 Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato, nos termos do disposto no § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 27 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações, realizadas de forma preventiva e rotineira, que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os objetos contratados, verificar o cumprimento das obrigações previstas no



PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO - MG

CNPJ: 18.017.368/0001-28

AV.: Antônio Maia Sobrinho, 43 - Centro - Juramento - MG

CEP: 39590-000 - Tel.: (038) 3236-1118

e-mail: prefeituramdejuramento2021@gmail.com



instrumento convocatório e contrato e de exigências legais, bem como prestar apoio à instrução processual das contratações.

Art. 28 O agente público designado para atuar na área de licitações e contratos e o terceiro que auxilie a condução da contratação, na qualidade de integrante de equipe de apoio, de profissional especializado ou de funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, deverão observar as vedações previstas no art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 29 Caberá ao órgão de assessoramento jurídico a verificação da legalidade do presente decreto na hipótese de alteração superveniente da Lei 14.133/21, mudança jurisprudencial ou nova orientação dos tribunais de contas sobre a matéria.

Art. 30 Ficam revogadas disposições em contrário a este decreto.

Art. 31 Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, com ressalva dos prazos estabelecidos no art. 176 da lei 14.133/2021.

Juramento 03 de janeiro de 2024.

Marlene de Lourdes Silveira Moreira

Prefeita Municipal